



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6985

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Aurindo José Ribeiro

**Data:** 12/12/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Substitutivo ao Projeto de Lei que isenta do pagamento de tarifas de transporte coletivo do município de Montes Claros, as pessoas de idade igual ou superior a 60 anos, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4    **Posição:** 10    **Número de folhas:** 04

---

Especie: PL  
Categoria: não tramitado, não votado  
Ar: 264  
Ordem: 10  
nº fls: 02



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006

AUTOR:

Ver. Aurindo José Ribeiro

ASSUNTO:

**Substitutivo ao Projeto de Lei que Isenta do Pagamento de Tarifas de Transporte Coletivo do Município de Montes Claros, as Pessoas de Idade Igual ou Superior a 60 Anos e dá Outras Providências.**

## MOVIMENTO

1 - **Entrada em – 12/12/2006**  
**Comissão Legislação e Justiça**

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*As comissões em 12-12-06*

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2.006

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006, QUE ISENTA DO PAGAMENTO DE TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, AS PESSOAS DE IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros –MG, por seus representantes na Câmara Municipal, e de conformidade com a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2.003, Artigo 39, Parágrafo 3º do Estatuto do Idoso, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica isento do pagamento de tarifas de transporte coletivo, no Município de Montes Claros, as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

**Art. 2º** - Para ter acesso a gratuidade, basta que o idoso apresente o documento pessoal emitido pelo órgão competente.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de dezembro de 2.006.

  
VEREADOR - AURINDO JOSÉ RIBEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 12 DE SETEMBRO DE 2006

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

SUBSTITUTO DO PROJETO DE LEI Nº 123 DE OUTUBRO DE 2006, QUE ISENTA DO PAGAMENTO DE TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, AS PESSOAS DE IGUAL OU SUPERIOR A 65 ANOS E DA OUTRAS PRONDÊNCIAS

O povo do Município de Montes Claros - MG, por meio de representantes da Câmara Municipal e de comissões de vereadores, em 10 de outubro de 2006, aprovou o Projeto de Lei nº 123 de 2006, que isenta do pagamento de tarifas de transporte coletivo do Município de Montes Claros, as pessoas de igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Art. 1º - Fica isento do pagamento de tarifas de transporte coletivo do Município de Montes Claros as pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Art. 2º - Para ter acesso a gratuidade, basta que o idoso apresente o documento pessoal, emitido pelo órgão competente.

Art. 3º - Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de dezembro de 2006.

2.006

TEREADOR - ALVARO JOSÉ RIBEIRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Isenta do Pagamento de Tarifas de Transporte Coletivo do Município de Montes Claros, as Pessoas de Idade Igual ou Superior a 60 anos e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Aurindo José Ribeiro.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento isenta do pagamento de tarifas de transporte coletivo municipal as pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos.

Dispõe o Art. 131 da Lei Orgânica Municipal:


Art. 131. A concessão de qualquer tipo de gratuidade no transporte coletivo urbano, transporte coletivo municipal, transporte coletivo de táxi e veículos de aluguel, somente poderá ser procedida mediante lei municipal de iniciativa do poder concedente, que contenha um suporte financeiro para custeá-la.

O Poder concedente, no caso em tela, é o Executivo, portanto, caberia ao Executivo a iniciativa de projeto de lei como o presente.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 13 de dezembro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605